

## SOCIEDADE E COTIDIANO NO BRASIL COLÔNIA

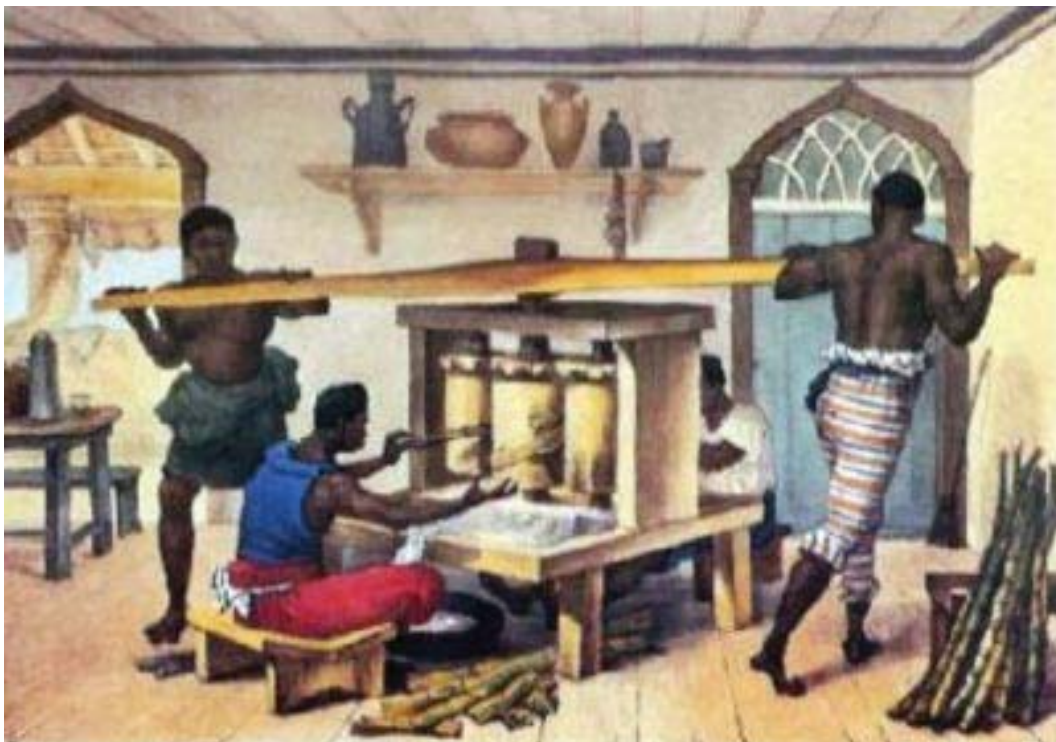
### META

Apresentar alguns aspectos do cotidiano das populações do Brasil colônia.

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- identificar os fatores que levaram à introdução do trabalho escravo no Brasil;
- refletir sobre a presença da escravidão, destacando seus aspectos mais inusitados e peculiares;
- refletir sobre alguns aspectos do cotidiano colonial e sua diversidade no tempo e no espaço;
- relacionar os aspectos da vida cotidiana com nossa identidade cultural e nossos costumes.



Trabalho escravo no Brasil Colonial.  
(Fontes: <http://www.webartigos.com>)

### INTRODUÇÃO

Não obstante os esforços do Estado português em impor um modelo de social e cultural homogêneo, para todo território colonial, esta tentativa de homogeneização obteve um sucesso relativo. Se por um lado destacamos a hegemonização da Língua Portuguesa e do catolicismo, por outro lado temos que reconhecer a enorme diversidade cultural como fruto não apenas das dimensões continentais do país, mas também das diferentes etnias que contribuíram para nossa formação social. O cotidiano e os quadros mentais das populações do Brasil colônia estão condicionados e essa diversidade e a essa mistura de instituições portuguesas, indígenas e africanas. Nunca esqueça disso.

Na Aula Número 06 tratamos especificamente dos aspectos religiosos e mostramos como a diversidade étnica fomentou o sincretismo e as mais diversas formas de religiosidade popular, paralelamente ao modelo supostamente dominante do catolicismo. Nesta aula, vamos abordar outros aspectos da vida social, com o propósito de oferecer um panorama dos 3 séculos de colonização, e introduzir você neste tema, caro estudante, que deverá ter a iniciativa de aprofundá-lo posteriormente. As atividades propostas nesta aula lhe auxiliarão na caminhada.



Paisagem com plantação (O Engenho), por Frans Post (1668). Nesta imagem da segunda metade do século XVII observa-se o tripé constituído por engenho, casa grande e capela. Ao fundo, vêem-se casas dispersas na paisagem - moradias de escravos e de lavradores de cana radicados próximos aos engenhos. Nota-se também detalhes da vida de um engenho real, isto é, movido por roda d'água:: casa de moenda, casa de purgar e batimento dos pães de açúcar ao ar livre. (Fontes: <http://people.ufpr.br>)

## O ESCRAVISMO, O NEGRO E O ÍNDIO

O primeiro aspecto que devemos destacar é a presença do trabalho escravo, utilizado em todas as atividades produtivas da colônia, a ponto de confundir-se com qualquer tipo de trabalho manual. Numa economia escravista, a relação de trabalho dominante, a escravidão, determina todas as outras, nivelando-as a um mesmo patamar. Isso significa que o trabalho manual livre era pouco valorizado, porque se assemelhava ao trabalho exercido pelos escravos, e porque qualquer escravo poderia executá-lo, não importando o nível de complexidade.

Isso posto, há que se perguntar: por que a opção pelo escravismo no processo de colonização do Brasil? Porque a escravidão se tornou hegemônica diante da existência do trabalho livre. Uma das explicações mais aceitas para justificar a hegemonia do escravismo colonial está relacionada à abundância do fator terra no processo de ocupação. Observando o mapa da América portuguesa, percebe-se que a colônia tinha dimensões continentais, maiores do que qualquer outra, em qualquer parte do mundo. Para ocupar este imenso território, era imperativa a implantação da grande lavoura açucareira que possibilitava a ocupação lucrativa baseada em um produto de grande aceitação no mercado internacional.

No contexto do Estado mercantilista e dos interesses metropolitanos, somente dessa maneira a colonização seria viável. No século XVI, a grande lavoura açucareira demandava grande quantidade de mão de obra, pois se tratava de uma atividade extensiva, fundamentada na agregação constante de terra e trabalho. Mesmo que tenha sido cogitada a utilização do trabalho livre, este se tornou inviável porque o trabalhador não ficaria preso à terra, podendo a qualquer momento evadir-se para viver por conta própria, ocupando qualquer outro pedaço de terra. Diante desse fator, só havia uma alternativa: “amarrar” juridicamente, economicamente, politicamente e culturalmente o trabalhador, fazendo renascer o regime escravista.

Outra indagação deve ser colocada: por que a preferência pelo africano? Por que não o índio? A fim de responder a estas questões, vamos utilizar as palavras de Arno e Maria José Wehling:

“Em primeiro lugar deve-se constatar que os africanos tinham, em geral, um padrão cultural mais próximo às necessidades dos portugueses, conheciam melhor do que os índios a agricultura e possuíam maiores habilidades para utilização dos metais e do artesanato. Eram, além disso, fisicamente mais resistentes que os indígenas, provavelmente em função dessas mesmas habilidades para tais funções. Em segundo lugar a ampliação do tráfico e sua organização em sólidas bases empresariais permitiram criar um mercado negreiro transatlântico que deu estabilidade ao fluxo de mão de obra, aumentando a oferta, ao contrário das oscilações no

fornecimento de indígenas, ocasionadas pelas dizimações das tribos mais próximas e pela fuga dos remanescentes para o interior. Em terceiro lugar, também contribuiu para a preferência pelo africano a atuação da Igreja (particularmente os Jesuítas) e do Estado em favor dos indígenas, condenando e reprimindo sua escravidão”.

A explicação sobre a preferência pelo africano não é um problema muito fácil de ser respondido. Há tempos os historiadores e antropólogos discutem essa questão sem obter uma resposta satisfatória. A tese tradicional da adaptabilidade do negro ao trabalho sedentário e rotineiro foi rejeitada, mas observem bem nas palavras de Arno e Maria José Wehling. A tese das habilidades agrícolas dos negros não seria outra forma de colocar a tese da adaptabilidade? Quanto à resistência biológica dos negros, isso é um fator inegável. Enquanto os índios eram dizimados por uma simples gripe, em virtude da falta de contato com os microrganismos causadores das doenças do Velho Mundo, as populações africanas já mantinham contato com estes microrganismos há muito tempo, adquirindo imunidade biológica.

A explicação mais forte, contudo, está relacionada à questão do tráfico. É preciso se aprofundar no estudo do tráfico negreiro para entender a preferência pelo africano como mão de obra escrava. O tráfico antecede a própria colonização do Novo Mundo. Ele já existia antes do Brasil ser ocupado. No século XV, os portugueses passaram a produzir açúcar nas ilhas do Atlântico, Madeira, Açores e Cabo Verde (além de outras menores). No processo de expansão comercial e marítima pela costa africana a caminho do oriente, os portugueses se apropriaram do tráfico negreiro pré-existente na África e canalizaram essa mão de obra para suas lavouras tanto nas ilhas do Atlântico quanto no Brasil. Isso sem contar que comercializar gente era uma atividade altamente lucrativa, fazendo com que outros países da Europa também exercessem esse comércio para abastecer suas respectivas colônias.

Então o tráfico possibilitava fabulosos ganhos de capital, gerava renda para a Coroa e todos os envolvidos no processo. Mantinha as lavouras de cana permanentemente abastecidas. Mas não vamos pensar que as carreiras de navios que iam e vinham da África carregavam apenas gente. Os navios não andavam vazios. Quando saíam do Brasil (ou de Portugal) levavam mercadorias para as populações africanas tais como tabaco, farinha, rapadura, açúcar, tecidos e ferramentas trazidos da Europa e outros gêneros de primeira necessidade. De lá, poderiam também trazer, além dos escravos, pimenta, marfim, ouro e outras mercadorias. Quando você estudar História da África você vai entender melhor esse processo. Por enquanto tenha uma coisa em mente: não foram os portugueses que inventaram o tráfico negreiro. Ele já existia em território africano, praticado pelos próprios reinos e senhores do lugar. Mas foram os portugueses os primeiros a canalizar essa mão de obra para o Novo Mundo e colocá-la a serviço da lavoura açucareira.



A escravidão estava entranhada na vida social, cultural e econômica da colônia. Era como se as pessoas não pudessem viver sem ela. Lembram na aula anterior, quando mencionei que até os homens pobres livres ou forros também possuíam escravos? Qualquer um que tivesse algum tipo de renda poderia poupar para comprar um escravo. A mentalidade da época via a escravidão como uma coisa natural, como se os africanos fossem determinados pela natureza para serem escravos. Ninguém ousava contestar essa certeza. Nem as revoltas separatistas do século XVIII, tais como as conjuras, cogitavam abolir o escravismo. Não obstante as fugas e revoltas de escravos, durante o período colonial, o sistema estava relativamente consolidado, fazendo com que muitos escravos se adaptassem a ele e procurassem colocações vantajosas no interior do próprio sistema. De acordo com Ciro Cardoso,

“O mundo dos escravos não era homogêneo. Distinguia-se, em primeiro lugar, entre o cativo recém chegado da África, o boçal, e o ladino, africano já aculturado e entendendo o português. Os africanos eram como um todo opostos aos crioulos, nascidos no Brasil. Havia ainda distinções reconhecidas entre nações africanas de origem diferentemente valorizadas. E dada a mestiçagem, a pele mais ou menos clara também era fator de diferenciação. Os mulatos e negros crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos negros, sobretudo os africanos, a dura labuta nos campos e outras tarefas pesadas”.

O mundo dos escravos era complexo. Eles não eram todos iguais e não se viam como iguais. Sua posição variava conforme o setor em que era empregado. Os domésticos, uma pequena minoria, gozavam de privilégios que os outros não possuíam. Por desfrutar de maior intimidade e convívio com seus senhores, tinham mais acesso à alforria como recompensa pelos serviços prestados. Por outro lado, estavam mais sujeitos aos caprichos senhoriais, podendo se tornar vítimas de assédio sexual, vigilância constante e ameaças. Sua conduta tinha que ser impecável, sempre baseada na submissão, humildade, obediência cega e fidelidade. Só assim poderiam aspirar alguma recompensa. Leila Mezan Algranti tem a seguinte opinião:

“ (...) a relação entre senhores e escravos ia além da relação de produção. São inúmeros os registros de crianças escravas no espaço doméstico brincando com os filhos dos senhores e engatinhando pela casa, de escravos que serviam de pajens, de mucamas que dormiam com suas senhoras, que levavam recados e faziam parte do séquito familiar quando este saía de casa. Isso sem contar os que serviam à mesa, introduziam as visitas, costuravam e teciam com suas senhoras. Lugar de escravo não era, portanto, somente na cozinha e no eito das grandes fazendas. Eles ficavam em diversos lugares, em diferentes

momentos, compartilhavam o cotidiano de seus senhores, ou no trabalho, ou dividindo uma esteira e um pouco de comida com aqueles proprietários mais pobres”.

A historiografia tradicional atribuiu ao escravo a condição de “objeto”, ou “coisa”, desprovida de direitos. Do ponto de vista formal, o escravo não era sujeito de direito. Mas na prática, em sua relação cotidiana com os senhores, os escravos foram capazes de negociar e estabelecer regras de convivência e limites em seu favor. É obvio que era uma relação assimétrica, desigual, na qual o senhor tinha poder quase ilimitado, e podia impor sua vontade sem contestação. Mas na prática, havia espaço para barganhar, e os escravos sabiam como fazê-lo. Estudos recentes demonstraram a forte presença da família escrava como elemento corriqueiro do sistema, fruto de casamentos formais ou informais, e existência de prole e parentes reconhecidos. Não havia como evitar as uniões conjugais, e muitas vezes os senhores e a Igreja eram obrigados a sacramentá-las, pois tinham que ganhar aquelas almas e integrá-las no catolicismo formal, como reza as boas regras civilizatórias.

Nas áreas rurais, as famílias escravas habitavam domicílios próprios e cultivavam roças cujos produtos poderiam ser comercializados ou consumidos em seu proveito. Este fenômeno foi denominado pelos historiadores “brecha camponesa”, uma situação muito mais frequente do que se imagina. O que os escravos ganhavam com isso? Mais espaço de autonomia, possibilidade de acumular pecúlio, agregar os parentes. E os senhores, o que ganhavam com isso? A fidelidade e a gratidão do escravo, a garantia de que não fugiriam porque poderiam perder tudo. Muitos escravos chegaram a se rebelar ou praticar crimes contra seus senhores, quando estes pequenos privilégios eram cortados. Como se vê, muita coisa estava em jogo.

A escravidão urbana era muito diferente da escravidão rural. Nas cidades, os escravos tinham maior liberdade de movimento, constituíam uma vasta teia de relações, associavam-se em Irmandades, exerciam atividades artesanais ou domésticas etc. Os artesãos eram muito valorizados, pois realizavam trabalho especializado e poderiam receber uma parte do pagamento que era entregue aos senhores. Eram os chamados “escravos de ganho”. Alguns destes escravos tinham estabelecimento próprio, e repassavam parte de seus ganhos para os donos. Nas áreas urbanas, havia maior acesso à alforria porque as possibilidades de um escravo acumular renda eram maiores, fazendo com que pudesse comprar sua liberdade. No escravismo colonial brasileiro havia ainda o curioso caso de escravos que possuíam escravos. Era raro, mas está registrado na documentação histórica. Isso só foi possível na zona urbana, com escravos de ganho ou domésticos. A pesquisa sobre o escravismo colonial é um dos temas mais visitados e controvertidos. Por isso, prezado estudante, mantenha sua mente aberta porque novas surpresas podem aparecer.

Como era viver na colônia? Como eram as moradias? O que se comia? Quais as formas de lazer, sociabilidade e intimidade? Quando pensamos no Brasil colonial devemos ter em mente um mosaico de situações muito distintas no tempo e no espaço. O litoral não pode se comparar com o interior; e o século XVI não pode se comparar com o século XVIII. A vida que se levava em São Paulo era muito diferente daquela que se via na Bahia ou em Pernambuco. Segundo Laura de Mello e Souza (1997):

“Na faina sertaneja e predadora dos paulistas, desenvolveram-se hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados mesmos por aqueles que haviam nascido na Europa, como o alentejano Antonio Raposo Tavares. Nas campinas alagadas do Paraguai os bandeirantes andavam dias inteiros como a roupa pela cabeça e a água pela barba. Iam a pé, pois diferentemente do que aconteceu nas possessões castelhanas, suas vizinhas, o cavalo foi quase desconhecido na zona de influência paulista até o primeiro quartel do século XVII. Não levavam calçados, esparramando como os índios toda a planta dos pés no chão ao andar, e virando os artelhos um pouco para dentro, o que diminuía o cansaço e facilitava em muito a marcha. Quando faltavam as provisões, iam passando com o que dava a espingarda, em pousos forçados para caçar. Até cavalo morto, que quebrara a perna, servia de refeição. Por volta de 1690, dizia um anônimo que eram homens capazes de penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos cobras lagartos frutas bravas e raízes da vários paus”.

Os Inventários de bens atestam a dureza da vida dos sertanistas de Piratininga e a precariedade de seu patrimônio. Os itens mais valiosos que possuíam eram o gado, a mão de obra indígena ilegalmente escravizada e as plantações de trigo ou roças de alimentos. As moradias de taipa e telhado de palha, com 1 pavimento, podiam valer menos do que um vestido, anágua ou enxoval trazido da Europa.

Piso de chão batido, a casa possuía poucos móveis. No máximo uma mesa, bancos para sentar, e baús onde eram guardados os objetos da casa e a roupa. Armas e demais utensílios ficavam pendurados na parede ou no teto. Muitas casas no planalto não possuíam camas, o que nos leva a concluir que dormiam em redes, como os índios. Falavam a “língua geral do sul” ou “língua tupi” misturada com o português. Segundo Luiz Carlos Villalta (1997),

“São Paulo esteve, até certo ponto, à margem da economia de exportação. Não que a economia paulista se pautasse apenas pela subsistência. Voltada para o mercado interno, ela se organizava em grande parte para o abastecimento dos setores exportadores. Tal situação envolveu menor presença de africanos, e inversamente

a contínua busca e uso disseminado do escravo indígena. Nesta circunstância, a língua geral tornou-se hegemônica, difundindo-se por todas as camadas sociais, e irradiando-se do privado para o público. Apenas no domínio público encontrava alguma rivalidade do português. No espaço doméstico, as mulheres de origem indígena uniam-se a portugueses e a mamelucos, transmitindo por gerações e gerações o costume e a língua”.



Casa Grande do Engenho D'Água - Rio de Janeiro - Século XVII

E no nordeste açucareiro, como se vivia? Por ser uma economia de exportação tinha mais contato com a Europa e com o resto do mundo conhecido. Desse modo os hábitos e costumes sofriam a influência europeia. Mas, com tudo isso, as moradias ainda eram de taipa. Somente aqueles muito abastados possuíam casa de pedra, rebocadas e caiadas. É o caso, por exemplo, da família dos Garcia d'Ávila, pecuarista cuja residência ficava no litoral da Bahia, assemelhando-se a uma fortaleza, acompanhada por uma torre de vigilância feita de madeira, bem próxima do mar. As ruínas dessa residência estão abertas a visitação, mas a torre de madeira não existe mais.

Os móveis e utensílios domésticos também eram rudes e escassos. Leila Mezan Algranti observou: na Paraíba, a casa de um capitão mor dividia-se em apenas dois quartos. Em um havia várias redes e um sofá, no outro, longa mesa e poucas cadeiras. Portanto, nem sempre a condição social dos indivíduos determinava que houvesse divisão detalhada dos cômodos”. Neste caso, parece que a sala transforma-se em quarto de dormir, com o uso de redes, uma tradição muito difundida em toda colônia.

A residência rural era diferente da residência urbana. No campo, as casas possuíam 1 pavimento e, em alguns casos, o espaço de convívio familiar era partilhado com as instalações dos engenhos. Nas pinturas do holandês



Frans Post, no século XVII, confirma-se a precariedade dessas moradias. O luxo e a riqueza das “casas grandes” de engenho são de uma época bem posterior, ou seja, começam a aparecer na segunda metade do século XIX. A residência urbana, por sua vez, era assobradada, com vários pavimentos, de taipa ou tijolo, coberta com telhas de cerâmica. Os escravos viviam no porão, o estabelecimento comercial, quando existia, ficava no andar térreo, e a família vivia nos andares superiores. Muitas vezes, a louça da Companhia das Índias contrastava com as panelas de barro e o fogão a lenha.

Faziam-se 4 refeições por dia, sendo a primeira ao nascer do sol e a última pouco antes de deitar-se, às 9 da noite. O dia era longo, e era preciso se alimentar com mais frequência. As refeições eram feitas em mesas baixas, e até mesmo em esteiras estendidas no chão. O alimento principal na dieta dos colonos era a farinha de mandioca, com a qual se faziam bolos, beijus, sopas, angus ou, simplesmente se misturava a qualquer outra coisa como legumes e carnes. Uma das mais cruciais atividades econômicas da colônia era o fabrico da farinha, produzida nas franjas da agricultura de exportação. Consumia-se farinha de norte a sul da colônia, e exportava-se para a África, que também aprendeu a apreciar essa iguaria. Como você sabe, a mandioca é uma raiz tipicamente americana, e a farinha um alimento tipicamente indígena, assimilado pelos colonos. Havia também a farinha de milho, muito consumida em São Paulo e Minas Gerais. Algranti nos informa que,

“Lendo-se no Livro de Razão, as anotações feitas por Antonio Pinheiro Pinto, proprietário de uma grande fazenda nos sertões da Bahia, que abrigava uma comunidade considerável, ficam-se sabendo os mantimentos presentes no dia a dia do homem comum do nordeste pastoril: farinha de mandioca, carne seca, rapadura, arroz, feijão e milho, são os mantimentos produzidos, adquiridos ou vendidos no final do século XVIII”. “Livros de Razão” ou de Assentos são registros feitos pelos proprietários de terra, referente a seus gastos, transações comerciais e eventos familiares, em que o chefe da casa, impossibilitado de memorizar tudo, anota as informações para seu controle pessoal e controle de suas finanças.

De Portugal vinham toucinho, azeite, farinha de trigo, sal, peixe seco, favas, ervilha, cevada e vinho. Produtos caros e muito valorizados socialmente. Eram trazidos pelas Companhias de Comércio, que retornavam com açúcar, e até mesmo farinha de mandioca, também consumida em Portugal nas épocas de escassez de trigo. Por fim, não podemos deixar de mencionar o consumo de aguardente, um derivado da produção açucareira, também muito apreciado no Brasil, na África e em Portugal. No cotidiano da colônia era tudo muito simples e rotineiro. A monotonia raramente era quebrada. Vejamos o que diz nossa autora, Leila Algranti:

“Trabalho e lazer muitas vezes se confundiam no ambiente doméstico, pois as pessoas podiam passar horas a fio juntas, entretidas, cada uma em sua atividade, nem sempre se estabelecia uma divisão nítida entre elas. Aqui era a escrava que socava o milho, ali era a senhora que costurava ou se divertia com as crianças, acolá o senhor consertando algum utensílio, afiando seus apetrechos de trabalho, em meio a tudo isso chegava um visitante ou o capataz que vinha prestar contas. Enfim, era o dia a dia que passava vagaroso, cada um com seus afazeres, pois o trabalho era infundável, estendendo-se às atividades voltadas para a subsistência e também àquelas que visavam o mercado mais amplo dos produtos e serviços”.



Um Jantar Brasileiro - Gravura de Debret - Início do Séc.XIX

A vida era conduzida pela experiência dos mais velhos e pelas habilidades dos criados e escravos. Quando alguém adoecia, valiam as receitas dos curandeiros e a medicina caseira, representada pelos conhecimentos das mucamas. Havia poucos médicos, e os remédios do Reino eram mais raros ainda. Os males mais comuns eram indigestão, diarreias e picadas de cobras e insetos. As doenças mais graves para as quais não havia cura, a sífilis e a varíola. Como você deve ter percebido, isso tudo nos parece muito familiar, muito próximo de nós. Em muitas regiões do Brasil rural, ainda se vive dessa maneira, como se o tempo não tivesse passado. São as nossas heranças culturais que ainda persistem, nossas memórias coletivas a ditar o ritmo da vida moderna.







Casario do Rio de Janeiro - Gravura de Debret - Início do Séc

Enquanto na Índia o coqueiro alimentava um complexo econômico de onde se extraía óleo, fibra e utensílios como cuias e outros objetos, sendo utilizado como material de construção civil e naval, no Brasil, os primeiros coqueiros tinham uma função meramente ornamental. Os colonos do Brasil não sabiam aproveitá-lo. O Máximo que se fazia era consumir sua água e sua polpa. Todavia, na América o coqueiro se adaptou facilmente ao clima e ao solo produzindo ao cabo de 6 anos, enquanto seu similar na Índia demorava 20 anos para dar os primeiros frutos.

Evaldo Cabral de Mello nos informa que: “Quando Nassau ajardinou seu palácio, mandou trazer em carros de boi, de três ou quatro milhas de distância, setecentos pés, muitos dos quais, septuagenários ou octogenários, o que significa que os coqueiros das décadas de 1560 e 1570 (...) Foi Nassau quem tirou todo partido decorativo da árvore”. Relatos da época dos holandeses chegam a mencionar o uso de mais de dois mil coqueiros para enfeitar as alamedas e jardins do Recife nassoviano. Era um feito considerável visto que esta planta que não era comum no Brasil. Ainda segundo Cabral de Mello, “a substituição maciça do cajueiro pelo coqueiro em nosso litoral, que comportou uma verdadeira revolução ecológica, foi fenômeno de longo prazo, posterior ao período holandês”.



## CONCLUSÃO

O cotidiano na colônia era muito rico e complexo, não obstante sua simplicidade. Havia ritos e regras de convivência cruciais para a vida em comunidade. A religiosidade, os sentimentos, as atenções, os valores, etc, são temas recentes da historiografia brasileira, que vem se desenvolvendo nos últimos 20 anos. O século XVIII é o mais conhecido, assim como as regiões urbanas, onde os registros são mais frequentes. Você, prezado aluno, procure consultar a nossa bibliografia e conhecer um pouco mais esses aspectos de nossa vida social, pois são justamente eles que moldaram a nossa identidade, nossa cultura e nossos costumes. O certo é que a vida moderna não conseguiu apagar completamente certos ritos, atitudes e mentalidades, pois estes fazem parte daquilo que os historiadores denominam como processos de longa duração.

## RESUMO

Nesta aula Identificamos os fatores que levaram à introdução do trabalho escravo no Brasil e discutimos determinadas questões ligadas ao escravismo colonial, destacando sua complexidade e diversidade. Também mostramos aspectos do cotidiano e sua relação com nossa identidade cultural. Aqui termina nosso curso de História do Brasil I. Mas isso não quer dizer que você vai parar de estudar. Continue lendo sobre os temas que discutimos neste curso, aprofunde sua percepção, agregue outras questões. Ainda há muita coisa para se conhecer e investigar.



## CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

## REFERÊNCIAS

- FARIA, Sheila de Castro – A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – História da Família no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- ALGRANTI, Leila Mezan – “Famílias e Vida Doméstica” In SOUZA, Laura de Mello e (Org.) – História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, Evaldo Cabral de – “Uma Nova Lusitânia” In MOTA, Carlos Guilherme (Org.)– Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana – “O Trabalho na Colônia” In LINHARES, Maria Yedda (Org.) – História Geral do Brasil – Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- VILLALATA, Luiz Carlos – “O que se Fala e o que se Lê: Língua, Instrução e Leitura In SOUZA, Laura de Mello e (Org.) – História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WEHLING, Arno – Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- FREIRE, Gilberto – Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1989 (26ª Ed).